

Institucionalização dos estudos de gênero na universidade: uma análise a partir de narrativas de acadêmicas feministas

*Adenilda Bertoldo Alves de Moraes*¹

*Maria Eulina Pessoa de Carvalho*²

Resumo

Este texto analisa, através das narrativas de três acadêmicas feministas de uma universidade federal nordestina, suas contribuições para a institucionalização dos estudos de gênero. Utilizam-se como categorias de análise: instituição, identidade feminista, narrativa e gênero. A análise evidencia que foi possível trazer os estudos de gênero para a universidade investigada através da militância das professoras entrevistadas. Os estudos de gênero são vistos como menos importantes e se inserem através de grupos independentes. As professoras lutam por reconhecimento, ora isoladamente, ora conjuntamente.

Palavras-chave: Gênero. Feminismo acadêmico. Institucionalização. Narrativa. Identidade feminista.

1 Mestranda em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal da Paraíba. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM/UFPB). E-mail: ademestrado@gmail.com

2 Doutora em Educação, professora do PPGE/UFPB, membro do NIPAM/UFPB. Email: mepcarv@gmail.com

Institutionalization of gender studies in higher education: an analysis based on narratives of feminist academics

Institucionalización de los estudios de género en la universidad: un análisis a partir de narrativas de académicas feministas

Abstract

This paper analyzes, through the narratives of three feminist female professors of a public university in Northeastern Brazil, their contributions for the institutionalization of gender studies. Institution, feminist identity, narrative and gender are the highlighted analytical categories. The analysis shows that it was possible to introduce gender studies in the university through these professors' activism. Gender studies are seen as less important and are partially established through independent groups. The professors interviewed struggle for recognition, either alone, or jointly.

Keywords: Gender. Academic feminism. Institutionalization. Narrative. Feminist identity.

Resumen

El texto examina, a través de las narrativas de tres profesoras, feministas académicas, de una universidad pública de Noreste de Brasil, sus contribuciones a la institucionalización de los estudios de género. Son utilizadas como categorías de análisis: institución, identidad feminista, narrativa y género. El análisis muestra que fue posible introducir los estudios de género en la universidad investigada a través del activismo de las profesoras entrevistadas. Los estudios de género son vistos en la universidad como menos importantes y se inscriben a través de grupos independientes. Las profesoras luchan por reconocimiento, algunas veces aisladamente, otras veces conjuntamente.

Palabras-clave: Género. Feminismo académico. Institucionalización. Narrativa. Identidad feminista.

Palavras iniciais

Este artigo baseia-se na análise de entrevistas narrativas realizadas com três docentes feministas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, com a finalidade de evidenciar como essas três professoras, com perfis peculiares e distintos, inserem na academia a discussão e inclusão da temática de gênero.

As categorias instituição (CASTORIADIS, 1982) e identidade feminista (CASTELLS, 2009) são fio condutor desta análise, a qual evidenciou que os estudos de gênero nessa instituição deram-se através de grupos independentes e que a temática ainda é considerada de menor importância. Ancorado nos estudos feministas e de gênero, este estudo aponta como os estudos de gênero desafiam a cultura androcêntrica existente na academia.

O texto passeia do movimento feminista à inserção dos estudos feministas nas instituições de ensino superior (IES): traz o conceito de institucionalização, caracterizado como uma rede simbólica; o surgimento dos primeiros núcleos e grupos de estudos das mulheres (posteriormente estudos de gênero); o fortalecimento desses grupos nas regiões Norte e Nordeste através da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero-REDOR, criada em 1992.

A categoria gênero aparece na teorização feminista com a conotação de construção social a partir do sexo biológico para evidenciar a constituição das identidades feminina e masculina, no contexto de relações de poder, de dominação masculina (BOURDIEU, 1999). A identidade feminista é definida como uma identidade coletiva que busca um objetivo comum: mostrar e superar as formas de opressão e discriminação a que as mulheres são submetidas.

As narrativas compreendem as falas dos sujeitos, professoras, as quais trazem suas experiências profissionais e, principalmente, as contribuições dos seus grupos para a inserção dos estudos feministas e de gênero na sua IES, bem como os obstáculos enfrentados para que seja discutida e incluída a temática de gênero.

Por fim, as considerações finais indicam que, ainda que as professoras tenham um reconhecimento na sociedade, a temática aqui evidenciada por ora permanece no gueto na UFMA.

Do movimento feminista aos estudos feministas nas universidades

O movimento feminista, enquanto campo teórico e político, é amplamente reconhecido e considerado por alguns cientistas sociais fora do campo dos estudos feministas, como por exemplo, Manuel Castells (1999), como o movimento social organizado mais importante da segunda metade do século XX. É um movimento diversificado, que varia desde as vertentes mais liberais, que focaram na aquisição de direitos iguais para as mulheres, às mais radicais que concentraram-se com maior intensidade em organização de grupos formados apenas por mulheres, construindo instituições de cultura feminina independente (CASTELLS, 1999).

A definição de feminismo será entendida neste estudo como “o compromisso de pôr fim à dominação masculina” segundo Jane Mansbridge, citada por Castells (1999, p. 210). O feminismo questiona a desigualdade e relações de poder de um sexo, masculino, em detrimento de outro, feminino, baseadas nas diferenças biológicas e culturais.

O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição de sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas (ÁLVAREZ citada por COSTA, s/data, p. 2).

Desse modo, o fim das construções das assimetrias e desigualdades de gênero irá culminar na igualdade legal, social e cultural das mulheres.

A história desse movimento desdobra-se em três etapas: primeira onda, segunda onda e terceira onda, apresentadas brevemente a seguir.

A primeira onda é marcada pelas reivindicações das mulheres relacionadas aos direitos sobre a educação, ao trabalho, direitos patrimoniais e direito ao voto. O “sufragismo” marcou o auge do movimento feminista, com a conquista do direito ao voto em muitos países ocidentais nas décadas iniciais do século XX.

O termo diferença, questionado, problematizado e refletido, marcou a segunda onda, que representou para o feminismo um verdadeiro renascimento teórico ao estimular o surgimento de fundamentação teórica para a diferença sexo X gênero, considerado o princípio do feminismo moderno (KYRIAKOS, 2007). Propôs-se então um repensar acerca do caráter político da opressão das mulheres (COSTA, 2009), apontando-se as questões da autonomia do corpo e do prazer femininos, no contexto do surgimento da pílula anticoncepcional.

A terceira onda leva em consideração a existência da multiplicidade feminina e, nesse âmbito, os conflitos entre as mulheres. Com o intuito de analisar as relações de poder pelas quais mulheres oprimem mulheres, as teóricas feministas buscaram a teorização da microfísica do poder, de Foucault (KYRIAKOS, 2007). Além da problematização de gênero, dois outros termos passaram a ter ênfase nesta fase: a raça e a classe. Assim, os estudos acadêmicos deram atenção também às mulheres de diferentes raças e diferentes grupos étnicorraciais, culturas de classe e regiões.

Diante de inúmeras lutas e algumas conquistas, houve até um momento em que se apontou o fim do feminismo, especificamente nos anos 1980, pois os movimentos sociais, entre eles o feminista, sofreram um recuo na mobilização e participação popular (RABAY, 2008). No entanto, ficaram “como herança novas formas de organização política feminina, maior visibilidade das mulheres e de seus problemas na esfera pública e animados debates entre as próprias feministas bem como entre estas e interlocutores externos” (GARCIA, 2011, p. 93). O feminismo não pereceu, apenas se transformou, tornando-se diverso, permanecendo a luta pela igualdade e equidade de gênero.

Por outro lado, desde a segunda onda, o feminismo havia conquistado um status acadêmico. Em meados dos anos de 1960, a partir de universidades norte americanas e europeias, o interesse nos estudos e pesquisas sobre a mulher geraram a

construção de um “novo” campo de reflexão que perpassa diferentes tradições disciplinares. Inicialmente caracterizado como “estudos sobre mulheres” e, mais tarde, com a construção do conceito de “gênero”, também como estudos de “gênero” e, mais recentemente, como estudos feministas, esse campo emergente de estudos acadêmicos vem se institucionalizando no Brasil desde os anos 1970 (COSTA, SARDENBERG e VANIN, 2010, p. 55).

Caracterizado como um campo multi e interdisciplinar, os estudos feministas no Brasil têm sua origem na primeira geração de pesquisadoras feministas (algumas vindas do exílio político decorrente da ditadura militar) que tinham o compromisso não apenas de analisar a subordinação feminina na sociedade, mas também de denunciar o viés androcêntrico das diferentes disciplinas acadêmicas (COSTA, SARDENBERG e VANIN, 2010). Esses estudos, no mundo e no Brasil, deixaram um legado inegável para as sociedades, que floresceu e se multiplicou. Questões sobre saúde, segurança, sexualidade, direitos reprodutivos, violência doméstica, formas desiguais de acesso ao emprego e participação política foram refletidas a partir desse movimento (MATOS, 2006; COSTA; SARDENBERG; VANIN, 2010).

No campo do conhecimento, a teorização feminista questionou os critérios de validação do conhecimento científico baseados nas experiências masculinas tomadas como padrão universal e denunciou que as práticas e as instituições científicas são gendradas (HUMM, 1989; SCHIEBINGER, 2001). Propôs “uma epistemologia que reconhece o lugar da emoção, subjetividade e corpo no conhecimento, concebido como práxis, conscientização e empoderamento individual e coletivo” (CARVALHO 2012, p. 3).

Nesse contexto, ganham destaque as experiências das mulheres e suas contribuições culturais, especificamen-

te, no interesse deste trabalho, suas contribuições para o desenvolvimento e institucionalização dos estudos feministas e de gênero nas universidades. É válido destacar que, desde o início das lutas feministas no contexto do movimento social, a “teoria” e a “práxis” têm estado estreitamente vinculadas, uma contribuindo para o avanço da outra, como apontam as narrativas de vida dos sujeitos da pesquisa em questão.

O conceito de instituição, utilizado neste trabalho como categoria de análise, é definido por (CASTORIADIS, 1982, p. 159) como “uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário.” Para ele, tudo ao nosso redor está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico e as instituições exercem um papel fundamental na sociedade, sem as quais seria inimaginável existir. Afirma também que as instituições se constituem no simbólico, sendo possível existirem apenas no simbólico e que cada instituição organiza sua rede simbólica. Essa constituição, que ele define como simbolismo institucional, não é neutra. Assim, cada instituição constitui suas normas, valores, moral, representações, mitos, ideologias. “A sociedade constitui sempre sua ordem simbólica num sentido diferente do que o indivíduo pode fazer. No entanto, essa constituição não é ‘livre’” (CASTORIADIS, 1982, p. 147).

Os sistemas simbólicos socialmente sancionados como, por exemplo, uma religião, um sistema de direito, ligam símbolos (significantes) a significados. Os significados são as “representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, consequências e significações no sentido amplo do termo”, tornando “esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado” (CASTORIADIS, 1982, p. 142).

As relações sociais são sempre instituídas porque existe uma rede simbólica ou imaginário social, “não porque tenham uma vestimenta jurídica mas porque foram estabelecidas como maneiras de fazer universais, simbolizadas e sancionadas” (CASTORIADIS, 1982, p. 151). Ao contrário do marxismo, o qual define a instituição como

pertencente à superestrutura e determinada pela infraestrutura, o autor diz que, se assim fosse, veríamos as instituições apenas como “formas”, sem relações simbólicas no seu interior. Ou seja, primeiro se institui no imaginário, para posteriormente se estruturar.

Nesse raciocínio, as docentes têm seus núcleos ou grupos de estudos de gênero instituídos antes de serem instalados fisicamente e formalizados na academia, graças à mudança cultural mais ampla operada pelo feminismo. Visto que os estudos de gênero trazem consigo sua rede simbólica, a saber, o interesse de pôr fim às diversas formas de opressão às quais a mulheres são subjugadas, rompem na academia com o simbolismo institucional, que não é neutro e agrega valores universais, incontestáveis e estabelecidos. Ameaçam o androcentrismo da universidade.

Núcleos de estudos de gênero no Brasil: primeiros passos

O feminismo trouxe reflexões e problematizações e evidenciou que a academia pouco conhecia sobre a mulher. Eram necessárias pesquisas com o objetivo de “desvendar mais uma realidade, de desmanchar mitos, preconceitos, pressuposições” (BLAY, 2006, p. 45). Novas temáticas surgiram culminando em uma grande rede de investigações, possibilitando o surgimento dos núcleos e grupos de pesquisa, no intuito de superar as barreiras para a inserção da temática de gênero nas universidades. Embora existisse muita literatura, a temática não alcançara o “status” de temas como classe, trabalho industrial, escravatura. Devido à falta de reconhecimento sobre a legitimidade do tema foi necessária essa estratégia de criação dos núcleos, que surtiu efeito, mesmo que timidamente, com a inclusão do tema em disciplinas optativas (BLAY, 2006).

Os primeiros núcleos de estudos surgem na década de 1980 e são criados GT em diversas organizações científicas nas áreas das ciências humanas e sociais; contudo, os estudos feministas permaneciam concentrados na região Sudeste. No Norte e Nordeste foram impulsionados com a criação da Rede Feminista Norte e Nordes-

te de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero-REDOR, em 1992. Com o objetivo de congregar e articular grupos e núcleos, estimular e desenvolver estudos sobre a mulher e relações de gênero nessas duas regiões, esta rede atualmente conta com 35 grupos/núcleos afiliados e ligados às universidades do Norte e Nordeste (CARVALHO, 2014).

Os núcleos e grupos foram fundamentais para a entrada dos estudos de gênero nas universidades, sendo uma forma de dar autonomia e liberdade às pesquisas. Porém, ao contrário de quase todas as universidades norte-americanas, canadenses e europeias onde há esse reconhecimento, no Brasil, a questão de gênero constitui uma linha de pesquisa em poucos programas de pós-graduação como afirmava Blay (2006) e ainda se pode constatar. Especificamente na região Nordeste, é evidente essa ausência de reconhecimento, exceção conquistada pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (NEIM/UFBA) que criou o pioneiro Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo- PPGNEIM, de mestrado e doutorado, reconhecido pela CAPES.

É importante destacar, por um lado, o papel das universidades e do conhecimento crítico que produzem objetivando desconstruir práticas de dominação, opressão, violência e contribuir para as políticas públicas, em especial, as de gênero; e, por outro lado, que elas já se constituem como espaços “feminizados”, embora as mulheres se encontrem restritas a algumas áreas do conhecimento associada ao cuidado. No entanto, o progresso em relação à contribuição da perspectiva feminista ainda é tardio e lento no Brasil e nem todos os núcleos e grupos têm o alcance do NEIM/UFBA. Falta muito a se alcançar. Apesar do Plano Nacional de Educação - PNE 2001-2010 ter proposto a inclusão de gênero nos cursos de formação docente e nas diretrizes e metas da educação superior, pouco se avançou (CARVALHO, 2012) no decênio e, recentemente, na votação do novo PNE 2014-2024, houve disputa e retrocesso na inserção da perspectiva de gênero na educação.

Identidade de gênero e identidade feminista

A teoria feminista estabeleceu o conceito de gênero como construção social baseada na diferença sexual, a partir do sexo biológico. Argumentou que a posição da mulher na sociedade não é definida pela natureza, e sim por todo um aparato social e político, que cria padrões universais que naturalizam uma certa feminilidade, de acordo com Colling (2004, p. 29):

Falar de gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. Ser homem/ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. Neste sentido, é necessário criticar, desmontar estereótipos universais e valores tidos como inerentes à natureza feminina.

Essa construção delimita espaços onde homens e mulheres podem atuar, estabelece as diferenças que dizem que ambos não são iguais (PASSOS, 1999).

O aprendizado de gênero acontece na família, na escola e em diversos espaços sociais.

Os brinquedos na infância, os jogos na adolescência, nosso vestuário, os gestos e o palavreado que nos são ensinados e as relações estabelecidas com os grupos de pares e com as pessoas adultas vão nos informando sobre como é ser homem e ser mulher na sociedade e nos levam a distinguir quais atitudes são as mais apropriadas a cada gênero (CARRARA et al, 2009, p.26).

Criam-se expectativas sociais em relação à maneira como os homens e mulheres devem se comportar na sociedade. Desse modo, as mulheres aprendem a ser submissas, subservientes, obedientes, boazinhas; os homens, fortes, inteligentes, viris, líderes. As mulheres que apresentam as qualidades ditas masculinas, são vistas como malvadas, mal comportadas. “Como desde os tempos imemo-

riais os machos são condicionados para a atividade e a agressividade e as fêmeas para a passividade e a submissão, daí se deduz que se trata de um fato natural ligado à biologia dos dois sexos” (BELOTTI, 1981, p.19).

Essa categoria de análise central do feminismo, ou seja, o gênero, permite então investigar, analisar e desconstruir essas diferenças focando na equidade em todas as áreas da vida pública e privada, inclusive no conhecimento científico.

O feminismo busca (re) definir a identidade da mulher definida pela visão masculina e cultuada pela família patriarcal. Quer seja através da busca pela igualdade, diferença ou separação, a identidade tradicional da mulher é negada (MANSBRIDGE, citada por CASTELLS, 2009).

A identidade feminista aqui apresentada refere-se à identidade coletiva. Pois apesar do movimento feminista ser diverso, as mulheres buscam objetivos comuns, como direitos de decidir sobre seu próprio corpo, uma reconstrução de sua imagem de objeto sexual, a quebra da dicotomia feminino X masculino, igual valorização das qualidades femininas e a busca pela equidade de gênero. “Existe, portanto, uma essência comum subjacente à diversidade do feminismo: o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo” (CASTELLS 2009, p. 211). Como movimento social, o feminismo

exige que se considere o coletivo como uma identidade meritória, e cada pessoa, individualmente, como parte dessa identidade. Identidades feministas costumam ser adquiridas, não concedidas... Hoje, as identidades feministas são criadas e fortalecidas quando as feministas se unem, agem em conjunto e lêem o que outras feministas escrevem. Falar e agir dá origem às teorias de rua e as ungem de significação. A leitura mantém as pessoas ligadas e faz com que pensem. As duas experiências, de transformação pessoal e de interação, tornam as feministas “interiormente responsáveis” ante o movimento feminista (MANSBRIDGE citada por CASTELLS, 2009, p. 211).

Assim, o que articula as identidades diversas que constituem o movimento é o objetivo comum de contestar as formas de discriminação e opressão, surgindo também uma identidade comum. Nesse contexto, identidade feminista e movimento feminista estão vinculados sendo possível cada mulher que se reconhece feminista narrar a construção de sua identidade e a inserção no movimento feminista.

Narrativas e identidade

O interesse em narrativas tem sua origem na *Poética*, de Aristóteles, e está relacionado com a consciência do papel que o contar histórias desempenha na conformação de fenômenos sociais (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2007). As narrativas se fazem presentes em todo lugar e são consideradas uma forma elementar de comunicação humana e universal, não havendo experiência humana que não possa se expressar na forma de uma narrativa.

A narrativa está presente no mito, lenda, fábula, conto, novela, epopéia, história, tragédia, drama, comédia, mímica, pintura (pensemos na Santa Úrsula de Carpaccio), vitrais de janelas, cinema, histórias em quadrinho, notícias, conversação. Além disso, sob esta quase infinita diversidade de formas, a narrativa está presente em cada idade, em cada lugar, em cada sociedade; ela começa com a própria história da humanidade e nunca existiu, em nenhum lugar e em tempo nenhum, um povo sem narrativa. Não se importando com boa ou má literatura, a narrativa é internacional, trans-histórica, transcultural: ela está simplesmente ali, como a própria vida (JOVCHELOVITCH e BAUER 2007, p. 91).

É através da narrativa que os sujeitos recordam o que aconteceu, sequenciam suas experiências e, encontrando explicações, jogam com os acontecimentos que constroem a vida individual e social.

Segundo Schutz e Bruner (citados por JOVCHELOVITCH e BAUER, 2007, p. 92), “a narração reconstrói ações e o contexto da maneira mais adequada: ela mostra o lugar, o tempo, a motivação e as orientações do sistema simbólico do ator”. Daí, a importância das experiências de vida

das professoras universitárias, pois apresentam através de suas falas o momento de inserção no movimento feminista adquirindo a identidade feminista e relembrando suas trajetórias enquanto militantes e estudiosas das questões de gênero e o processo de inserção desses estudos nas IES em que atuam.

A entrevista narrativa é uma técnica que se origina da palavra latina *narrare*, ou seja, relatar, contar uma história. Objetiva encorajar e estimular um entrevistado a contar algum acontecimento que considere importante de sua vida e do contexto social (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2007). A ideia desta técnica é reconstruir os acontecimentos sociais partindo do ponto de vista dos informantes.

Assim, as três professoras da UFMA contaram suas experiências como militantes feministas, suas trajetórias profissionais e barreiras enfrentadas para introduzir e discutir na academia as questões de gênero. “Pode-se dizer então que as entrevistas autobiográficas se constituem em um momento em que as entrevistadas relembram e reelaboram o vivido, exercitam suas vozes e reapropriam-se das suas histórias, por vezes transformando-as” (RABAY, CARVALHO e SILVA, 2013, p. 65).

Desse modo, as narrativas são mais que a descrição de eventos experienciados. São ações de construção da vida social, atos que funcionam para desempenhar ou para levar a efeito aquilo que se articula (CASTRO, 2013). “Trata-se de uma transformação, de um trabalho de construção subjetiva que se abre à possibilidade de ser outro do que se é, implica um entrelaçamento com as experiências sociais e com as vivências cotidianas em que figuram múltiplos personagens” (RAGO citada por CASTRO, 2013, p. 7).

Portanto, foram coletadas narrativas biográficas (via entrevista) considerando que “a identidade profissional, da perspectiva de gênero, é uma vivência socialmente construída e pessoalmente recriada com significados, sentidos e intencionalidade próprios” (CARVALHO, 2012, p. 10). Realizadas no mês de agosto de 2014, as entrevistas foram estimuladas por um roteiro que pontuava vida pessoal, profissional e militância. Como as entrevistadas

têm identidade pública, docente e feminista, não requereram anonimato¹.

A universidade pesquisada localiza-se na região Nordeste do Brasil. Atualmente conta com nove campi. Os sujeitos da pesquisa estão inseridos no campus da capital do estado, São Luís. Além dos grupos das professoras entrevistadas, a UFMA conta com mais dois grupos sobre Gênero: o Grupo de Estudos sobre Gênero e Identidade - GENI e o recém-criado Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, História e Mulheres, no Campus de Grajaú.

A formação das professoras é em Biblioteconomia, Serviço Social e Pedagogia. Elas orientam trabalhos com foco em gênero com as seguintes especificidades: mulher e política, violência contra a mulher, mulher e educação. Duas iniciaram a militância política feminista antes de inserir-se na IES, assim como continuam a militância na academia.

Maria Mary Ferreira, Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (2006), 57 anos, é natural de São Luís-MA, casada, com dois filhos. Nascida de família humilde, coordenou bibliotecas, foi Secretária de Cultura do município de Arari-MA. É militante feminista desde o movimento estudantil. Confessa que não é fácil conciliar sua militância com outras atividades, seja da academia, seja da vida pessoal. Isso a impossibilitou de ingressar na pós-graduação e possui grupo cadastrado no CNPq.

Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha, Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2005), 56 anos, é natural de São Luís-MA, casada, com três filhos. Feminista, foi a primeira Secretária da Secretaria de Estado da Mulher do Maranhão de janeiro/2007 a abril/2009. Foi também Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís-MA, além de participante do Fórum de Mulheres Maranhenses.

Diomar das Graças Motta, Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2000), 72 anos, é natural de São Luís-MA, é solteira e tem uma filha. Hoje é apresentada como professora associada da UFMA. De família pobre, afrodescendente, recebeu pelo destaque de sua trajetória o prêmio de Ordem Nacional do Mérito pela

presidenta Dilma Rousseff em 2011. Feminista, é uma das poucas docentes negras de sucesso na academia.

Estudos de gênero vistos como menos importantes

Em análise das entrevistas narrativas, as falas das docentes evidenciam que, na instituição em que atuam, a temática de gênero não é reconhecida como conhecimento científico, é vista como “estudos menores” e não é dada a devida importância, evidenciando a falta de reconhecimento sobre sua legitimidade como apontava Blay (2006), assim como as dificuldades encontradas para tratar das questões de gênero e feminismo. Diz a professora Mary:

Eu acho que todas nós mulheres, pesquisadoras feministas que optam por estudar gênero, sofrem discriminação, porque estudos sobre feminismo e gênero ainda são vistos como estudos menores, não é dada ainda a devida ênfase para essa questão, é como se nós não fôssemos chamadas pesquisadoras, parece uma pesquisa que não tem tanto valor. Então nossas dificuldades são primeiro como mulher pesquisadora, depois por ser mulher, pesquisadora e estudiosa de gênero e ainda mais feminista, pois dentro dos estudos de gênero você vê que nem todas elas trabalham com o recorte do feminismo, outro diferencial.

Para que o Departamento de Serviço Social incluísse como disciplina “relações de gênero”, a professora Lourdes Leitão diz que foi “uma luta grande. Foi muito difícil para convencer as pessoas. E o que conseguimos num primeiro momento foi que ela fosse eletiva, fosse ministrada em quatro semestres para ver qual era a aceitação”. Então a disciplina foi ministrada num curso de férias pela professora. Após vários obstáculos, a proposta de inserir a disciplina como obrigatória será encaminhada “para as instâncias superiores da UFMA, agora a disciplina vai ser obrigatória”.

A professora Diomar Motta relata a precariedade das condições e a falta de apoio ao seu grupo: “Eu vejo pelas dificuldades que a gente tem. Tanto que o povo morre de rir que eu pedia tanto material... Teve um dia que me deram uma gaveta, eu fiz a inauguração da gaveta. Para que o povo soubesse da nossa indignação”. Acrescenta que, des-

de a época em que se inseriu na UFMA, nunca viu “nenhum reitor, nem plataforma de candidato em que a questão de gênero fosse realçada. A universidade não olha muito essa questão (da mulher) ela faz aquele folclorezinho”. Nos eventos organizados por seu grupo, a professora faz questão de registrar: “Todos os encontros, nós nunca tivemos a presença de um reitor. Ele nem se lembra”.

Comenta ainda que lutou muito para que a disciplina sobre “mulher e educação” fosse incluída no Curso de Pedagogia. Mas foi ofertada apenas no período em que lecionava. Diz que “a desculpa da disciplina não ser oferecida era porque as outras disciplinas optativas do núcleo diversificado tinham que ser oferecidas. Tinha que ter dez pessoas matriculadas. E a nossa sempre teve uma procura muito grande por parte das alunas de Pedagogia”, o que indica que os estudos de gênero não são tão “menores” assim.

Apesar das dificuldades relatadas e de serem de áreas diferentes, as docentes persistem buscando por um objetivo comum, que é o reconhecimento enquanto conhecimento científico dos estudos feministas e de gênero por parte da instituição. Esse interesse se configura pela identidade coletiva que, segundo Castells (2009), alimenta o empenho coletivo pela busca do reconhecimento.

Gênero e estudos feministas inseridos na universidade através de grupos independentes

A professora Mary declara que o Grupo de Mulheres da Ilha foi o pioneiro do feminismo no Maranhão e tinha “uma presença muito significativa dentro da universidade. Nesse sentido, não foi digamos assim, difícil levar a discussão para dentro da universidade, o debate”. O problema foi ter apoio material: “Entretanto, foi difícil desde o começo para garantirmos esse espaço enquanto estrutura de um local, de apoio logístico. Isso a gente não teve”.

Envolvida numa pesquisa sobre expectativas e experiências de geração de trabalho e renda das mulheres, a professora Lourdes Leitão e demais colegas perceberam que

precisávamos criar um grupo que discutisse isso mais especificamente. Aí eu já tinha voltado

do doutorado, eu já podia coordenar o grupo, uma colega que já tinha se aposentado estava na Universidade Estadual do Maranhão, também era doutora, aí nós criamos o nosso grupo sobre mulheres, feminismo, relações de gênero e etnicorraciais. Depois de um tempo, nós incluímos geração também.

A professora Diomar Motta coordena um grupo estruturado e de maior longevidade no Programa de Pós-Graduação em Educação:

O objetivo é dar visibilidade à pessoa mulher realçando o seu protagonismo nas sociedades em múltiplas instâncias ontem e hoje, sobretudo e principalmente nos espaços de educação informal e formal. Organizamos o EMENCE - Encontro Maranhense sobre Educação, Mulher e Relações de Gênero no Cotidiano Escolar, que começou em caráter regional e hoje já está em caráter internacional.

Assim, os estudos de gênero se inserem na academia através de sua iniciativa e disposição individual. No caso das professoras Lourdes Leitão e Diomar Motta, a inclusão da temática na universidade se dá através de grupos de pesquisa, vinculados a programas de pós-graduação, que debatem sobre as questões de gênero e feminismo. Elas e seus grupos organizam seminários, fóruns, congressos, possuem produção científica, orientam trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses de doutorado. A professora Mary não conseguiu formar um grupo de pesquisa cadastrado no CNPq, mas insere a discussão da temática nas disciplinas que ministra.

A professora criou e representa o NIEPEM - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero, associado à REDOR, que já sediou e organizou dois encontros da rede na UFMA: o 7º Encontro, em 1998, e o 15º Encontro, em 2009, com diversas publicações (FERREIRA, 2012).

Apesar dos grupos serem independentes, as docentes no momento da organização dos eventos se articulam e se apoiam, produzindo um conhecimento que visa refletir, problematizar e desconstruir a cultura androcêntrica no interior da universidade. No entanto, não há um núcleo que congregue os três grupos.

A falta de apoio estrutural para que o grupo de Mary se instale na universidade, ou para que o NIEPEM se institucionalize na UFMA e acolha os demais grupos, corrobora o conceito de instituição de Castoriadis (1982), visto que o grupo citado é institucionalizado antes de adentrar na academia, mas não no seu interior.

Considerações finais

São inegáveis as contribuições que o movimento feminista trouxe para a humanidade quando problematizou e trouxe o debate à tona sobre questões antes desconsideradas como os direitos à educação, ao voto, de decidir sobre o próprio corpo, ao divórcio, à participação no mercado de trabalho, e a crítica das experiências e conhecimentos masculinos, considerados como universais.

Este novo pensamento crítico adentrou as universidades através dos grupos de estudos feministas e de gênero que aí se estabeleceram, através de lutas e resistências, liderados por mulheres feministas que aliam teoria e prática e fazem do feminismo um compromisso político para que suas contribuições, seus saberes tenham lugar na academia, transformando a cultura androcêntrica vigente.

Apesar das docentes terem reconhecimento no campo social, organizar seus grupos, desenvolver pesquisas, os obstáculos para que os estudos de gênero sejam reconhecidos ainda existem, evidenciando que esses estudos, embora tenham se inserido, limitadamente, permanecem no gueto na IES pesquisada.

Essa afirmação se fundamenta no fato de que foi possível inserir disciplinas optativas, dependentes da atuação dessas professoras militantes. Viu-se que quando a professora Diomar se aposentou, a disciplina Mulher e Educação deixou de ser oferecida; e que a professora Lourdes está tentando tornar a disciplina Relações de Gênero obrigatória, cada uma em seu curso ou programa. Assim, pode-se concluir que foi possível trazer os estudos de gênero para a academia, mas o desafio é institucionalizá-los além da militância dessas acadêmicas feministas pioneiras.

Notas

1 O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e as entrevistadas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Referências

- BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**; tradução de Ephaim F. Alves. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BLAY, Eva Alterman. Núcleos de estudos da mulher x academia. **Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa**. Disponível em: www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/br000014.pdf Acesso em: 19/10/2014.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Trajetórias e contribuições dos Núcleos de Estudos da Mulher e Relações de Gênero integrantes da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero-REDOR: do pessoal ao institucional**. Projeto de pesquisa. Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N° 32/2012. Processo 404888/2012-7. João Pessoa: NIPAM/Universidade Federal da Paraíba, 2012.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Trajetórias e contribuições dos Núcleos de Estudos da Mulher e Relações de Gênero integrantes da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero-REDOR: do pessoal ao institucional**. Relatório de Pesquisa. Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N° 32/2012. Processo 404888/2012-7. João Pessoa: NIPAM/Universidade Federal da Paraíba, 2014.
- CARRARA, Sergio; HEILBORN, Maria Luiza; ROHDEN, Fabiola; ARAUJO, Leila, BARRETO, Andreia (Orgs.). **Gênero e diversidade na Escola: Formação de professoras/es em Gênero, sexualidade, Orientação sexual e Relações Étnico-Raciais**. Caderno de atividades. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Tradução de Guy Reynaude. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Roney Polato de. **Escritas-narrativas de estudantes problematizando relações de gênero e sexualidade**. 36° Reunião da Anped. Samambaia, 2013. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/> Acesso: 19/10/2014.
- COLLING, Ana. A construção Histórica do Feminino e do Masculino. In: STREY, Marlene N. (Org.). **Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 13-38.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. Universidade Federal Fluminense, s/data. Disponível em: www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380 Acesso em: 10/03/15.
- COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B.; VANIN, Iole. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. **Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas 2009, 2010. Presidência da República**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010, p. 57-72. Disponível em: www.spm.gov.br/central-de-conteudos/.../spm-nucleos-web.pdf Acesso em: 20/03/15.
- COSTA, Ana Alice Alcântara, O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. **Labrys, estudos feministas**, janeiro/dezembro 2009. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/analice.htm> Acesso em:28/03/15.
- FERREIRA, Maria Mary. **Conhecimento Feminista e Relações de Gênero no Norte e Nordeste Brasileiro**. São Luiz: Redor; NIEPEM, 2012.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.
- HUMM, M. **The Dictionary of Feminist Theory**. New York, London, Toronto, Sydney, Tokyo: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- JOVCHELOVITCHI Sandra; BAUER Martin V. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 90-113.
- KYRIAKOS, Norma. Movimento feminista em debate. In: BRABO, Tania Suely Antonelli Marcelino. (Org.). **Gênero e Educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras**. São Paulo: Ícone, 2007.
- MATOS, Marlise. **A institucionalização do feminismo no Brasil. Os núcleos de estudos de relações de gênero e o feminismo como produtores de conhecimento: A experiência da REDEFEM**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa. Disponível em: www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/br000014.pdf Acesso em: 20/10/2014.
- PASSOS, Elizete. Gênero e identidade. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda (Org.). **Olhares & Diversidades: os estudos de gênero do Norte e Nordeste**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA; REDOR – N/NE, 1999, p. 19-32.
- RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; SILVA, Lucimeiry Batista da. Feministas e Acadêmicas: O papel da REDOR no fortalecimento dos Estudos feministas e de gênero na educação superior do Norte e Nordeste do Brasil In: MONTANÉ, Ale-

jandra; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de (Org.). **Mujeres y Educación Superior**. Editora UFPB, 2013. p. 163-188.

RABAY, Glória de Lourdes Freire; **Mulheres na Política e Autonomia**. 272 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2008.

SCHIENBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

Recebido em 10 de agosto de 2015.

Aceito em 15 de setembro de 2015.